

Simone Mainieri Paulon  
Mário Francis Petry Londero  
ORGANIZADORES

Série Atenção Básica e Educação na Saúde



# SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA: O PESQUISAR COMO CUIDADO

e-livro  
SUSTENTABILIDADE  
editora redeunida

FAÇA SUA DOAÇÃO E COLABORE  
[www.redeunida.org.br](http://www.redeunida.org.br)

editora  
  
redeunida

1ª Edição  
Porto Alegre  
2019

editora  
  
redeunida

Coordenador Nacional da Rede UNIDA

**Túlio Batista Franco**

Coordenação Editorial

Editor-Chefe: **Alcindo Antônio Ferla**

Editores Associados: **Ricardo Burg Ceccim, Cristian Fabiano Guimarães, Márcia Fernanda Mello Mendes**

Conselho Editorial

**Adriane Pires Batiston** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

**Alcindo Antônio Ferla** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

**Ana Lúcia Abrahão da Silva** - Universidade Federal Fluminense, Brasil

**Àngel Martínez-Hernández** – Universitat Rovira i Virgili, Espanha

**Angelo Stefanini** – Università di Bologna, Itália

**Ardigó Martino** – Università di Bologna, Itália

**Berta Paz Lorido** – Universitat de les Illes Balears, Espanha

**Celia Beatriz Iriart** – University of New Mexico, Estados Unidos da América

**Débora Cristina Bertussi** - Universidade São Caetano do Sul, Brasil

**Denise Bueno** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

**Denise Antunes de Azambuja Zocche** – Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

**Dora Lúcia Leidens Corrêa de Oliveira** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

**Emerson Elias Merhy** – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

**Felipe Proença de Oliveira** – Universidade Federal da Paraíba, Brasil

**Francisca Valda Silva de Oliveira** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

**Izabella Barison Matos** – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

**Hêider Aurélio Pinto** – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

**João Henrique Lara do Amaral** – Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

**José Ivo dos Santos Pedrosa** - Universidade Federal do Piauí, Brasil

**Júlio César Schweickardt** – Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil

**Laura Camargo Macruz Feuerwerker** – Universidade de São Paulo, Brasil

**Laura Serrant-Green** – University of Wolverhampton, Inglaterra

**Leonardo Federico** – Universidad Nacional de Lanús, Argentina

**Lisiane Böer Possa** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

**Liliana Santos** – Universidade Federal da Bahia, Brasil

**Luciano Bezerra Gomes** – Universidade Federal da Paraíba, Brasil

**Mara Lisiane dos Santos** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

**Maria Augusta Nicoli** – Agenzia Sanitaria e Sociale Regionale, Itália

**Márcia Regina Cardoso Torres** – Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Brasil

**Marco Akerman** – Universidade de São Paulo, Brasil

**Maria das Graças Alves Pereira** - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre, Brasil

**Maria Luiza Jaeger** – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil

**Maria Rocineide Ferreira da Silva** – Universidade Estadual do Ceará, Brasil

**Oswaldo Peralta Bonetti** - Ministério da Saúde, Brasil

**Odete Messa Torres** – Universidade federal do Pampa, Brasil

**Paulo de Tarso Ribeiro de Oliveira** – Universidade Federal do Pará, Brasil

**Renan Albuquerque Rodrigues** – Universidade Federal do Amazonas/Parintins, Brasil

**Ricardo Burg Ceccim** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

**Ricardo Luiz Narciso Moebus** - Escola de Medicina da Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

**Rodrigo Tobias de Sousa Lima** – Fundação Oswaldo Cruz/Amazonas, Brasil

**Rossana Staeve Baduy** – Universidade Estadual de Londrina, Brasil

**Simone Edi Chaves** – Ideia e Método, Brasil

**Sueli Terezinha Goi Barrios** – Ministério da Saúde, Brasil

**Túlio Batista Franco** – Universidade Federal Fluminense, Brasil

**Vanderléia Laodete Pulga** – Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil

**Vera Lucia Kodjaoglanian** – Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, Brasil

**Vera Maria Rocha** – Associação Brasileira da Rede UNIDA, Brasil

Comissão Executiva Editorial

**Márcia Regina Cardoso Torres**

**Gabriel Calazans Baptista**

**Letícia Stanczyk**

Projeto Gráfico | Capa | Edição Imagem Capa | Diagramação

**Lucia Pouchain**

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO-CIP**

S255 Saúde mental na Atenção Básica: o pesquisar como cuidado [recurso eletrônico] / Simone Mainieri Paulon e Mário Francis Petry Londero, organizadores. – 1.ed. – Porto Alegre : Rede UNIDA; 2019. 216 p. : il. – (Série Atenção Básica e Educação na Saúde)

ISBN: 978-85-54329-21-1

DOI: 10.18310/9788554329211

1. Saúde mental. 2. Atenção básica. 3. Educação permanente. 4. Atenção primária à saúde. 5. Pesquisa em saúde. 6. Promoção da saúde. I. Paulon, Simone Mainieri. II. Londero, Mário Francis Petry.

CDU: 614

NLM: WM105

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos desta edição reservados à Associação Brasileira Rede UNIDA  
Rua São Manoel, nº 498 - CEP 90620-110, Porto Alegre – RS. Fone: (51) 3391-1252

[www.redeunida.org.br](http://www.redeunida.org.br)



ONOCKO-CAMPOS, R.; EMERICH, B.F.; PEREIRA, M.B.; GOTO, C.S.; BLANES, L.S.; ROSA-CÔMITRE, A.C.D. **Diário de Bordo para trabalhadores e gestores em processo de Desinstitucionalização**. Campinas: DSC/FCM/Unicamp, 2017.

ONOCKO-CAMPOS, R.T.; FURTADO, J.P.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R (Orgs). **Avaliação em saúde mental: participação, intervenção e produção de narratividade**. São Paulo: Hucitec, 2013

PRIGOGINE, I; STENGERS, I. **A nova aliança**. Brasília: Ed. UNB, 1997.

ROMAGNOLI, R.C.; PAULON, S.M. Escritas implicadas, pesquisadores implicantes: notas sobre os destinos da subjetividade nos desatinos da produção científica. In DIMENSTEIN, M; Leite, J. (Orgs.) **Psicologia em pesquisa: cenários de práticas e criações**. Natal: Editora EDUFRN; 2014. p. 23-42.

ROSA, G. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

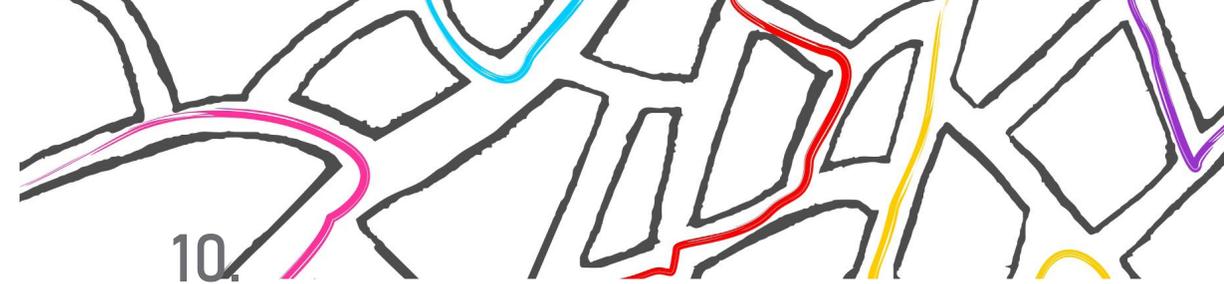
SANTOS, B.S. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. Volume: A crítica da razão indolente – contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.

SANTOS, B.S. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Ed. Afrontamento, 1987.

TOURAINE, A. **Crítica da modernidade**. 7ª Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002

VAISTMAN, J. Subjetividade e Paradigma de Conhecimento. In: **Boletim Técnico do Senac**, São Paulo, maio/ago, nº 2, (21), pp. 1-9, 1995.

YASUI, S. **Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2010.



## 10. TROCAS ÍTALO-BRASILEIRAS EM PESQUISA PARTICIPATIVA: Entrevista com Dra. Bruna Zani

Simone Mainieri Paulon  
Fernanda Goulart Martins

O Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, representado pelas duas pesquisadoras do Grupo de Pesquisa Intervires, realizou, no dia 30 de março de 2017, uma entrevista com a Profa. Dra. Bruna Zani, Professora titular da cátedra de Psicologia Comunitária na Faculdade de Psicologia da Universidade de Bologna. Seus interesses científicos se voltam para os âmbitos da psicologia social comunitária e da psicologia da saúde, nas quais vem desenvolvendo pesquisas sobre a reabilitação psicossocial para usuários de serviços de saúde mental, participação cidadã, políticas para jovens e o teatro na sua relação com a saúde mental. Sua carreira é marcada pela atuação em cargos de importante representatividade para o ensino e a pesquisa em psicologia, dentre eles o de Presidente da Faculdade de Psicologia na Universidade de Bolonha, de Vice-presidente e Presidente da *Conferenza dei Presidi* das Faculdades Italianas de Psicologia e de Presidente da Comissão Didática de Ateneo, na Universidade de Bolonha. Hoje, a Profa. Dra. Bruna Zani integra a equipe coordenadora do projeto *CATCH-EyoU (Constructing ActiveCitizensHip with European Youth: Policies, Practices, Challenges and Solutions)*, que foi fundado pela União Europeia e reúne instituições de diferentes países da Europa, promovendo pesquisas e inovação para engajar jovens e apoiar a cidadania ativa, e também o projeto *“Designing Collaborative Educational Resources (COERS) for Assets-Based Community Participation (ABCP) across Europe” (ASSETSCOM)*. Suas pesquisas e a participação ativa junto às instituições que regulamentam e discutem o ensino em Psicologia na Europa contribuem com a construção de um modo singular de praticar a pesquisa e a docência. Atualmente a professora é membro do Comitê Executivo da Associação Europeia de Psicologia Comunitária (*Executive Committee dell’European Community Psychology Association - ECPA*), do Conselho Executivo da Federação Europeia de Associações de Psicólogos

(*European Federation of Psychologists' Associations* - EFPA) e, desde o ano de 2012, é Presidente da Instituição G.F. Minguzzi (cidade metropolitana de Bolonha), que há quase 40 anos se constitui como centro de estudo e documentação da história da psiquiatria e da marginalização social.

A entrevista ocorreu junto à visita técnica que as pesquisadoras do PPGPSI-UFRGS realizaram junto à Universidade de Bologna, após o seminário ministrado pelas mesmas, que promoveu trocas ítalo-brasileiras acerca das metodologias participativas em pesquisa. Ainda no *Alma Mater Studiorum*, situado no Polo Científico Didático de Cesena, onde se localiza a Faculdade de Psicologia da Universidade de Bologna - UNIBO, as entrevistadoras propuseram a continuidade das trocas entre os Centros de Pesquisa, agora com o objetivo de conhecer as intersecções entre temas e perspectivas metodológicas nos estudos brasileiros e europeus e os desafios que as pesquisas participativas em psicologia social apresentam atualmente.

## Entrevista

*Entrevistadora Simone Paulon (Ent. SPaulon):* Dra. Zani, agradecemos muito pela sua disposição em nos receber na Universidade e abrir-se também para trocas tão ricas como as que já pudemos experimentar no Seminário de Intercâmbios que fizemos esta manhã. Gostaríamos de conhecer mais sobre sua trajetória acadêmica para acompanhar ao processo de construção das pesquisas em Psicologia Social aqui realizadas.

*Professora Bruna Zani (Profa. BZani):* Certo. Eu sou graduada em Ciências políticas, Sociologia, e me aproximei da Psicologia Social fazendo um desdobramento dessa área. Fiz toda a minha carreira na Universidade de Bolonha, como pesquisadora, depois como professora associada, e depois ainda como professora ordinária [equivalente a professora titular em carreira acadêmica no Brasil]. Desde 2000, sou professora titular de Psicologia Social. Desenvolvi muitas tarefas desde então, especialmente em nível institucional. Fui diretora de faculdade, na Faculdade de Psicologia, de 2002 a 2008, Presidente da comissão didática de todo o Ateneu de Bolonha, durante o período da presidência. Naquele tempo, existiam 21 faculdades na UNIBO. Depois, aconteceu a reforma universitária que aboliu as faculdades, dando maior peso aos departamentos e criou as escolas, que são estruturas de união entre

os departamentos, para aplicar a didática. Em Bolonha existem onze escolas. Uma delas se chama Escola de Psicologia e Ciências da Educação, e eu fui presidente dessa escola, de 2012 a 2015, até outubro de 2015. Agora, sou apenas docente (risos). Depois de tantos cargos, falei: Basta! E resolvi ser apenas docente. Em realidade fui também presidente da Sociedade Italiana de Psicologia de Comunidade, porque no âmbito da Psicologia Social, esse grupo que vocês conheceram no seminário, composto pelas professoras Elvira Cicognani, Cinzia Albanesi e eu, ocupa-se da Psicologia Comunitária, que está dentro da Psicologia Social. Promoção da saúde e psicologia comunitária, esses são os temas que ensino. Fui Presidente da Sociedade Italiana de Psicologia de Comunidade (SIPCO), ainda faço parte do *Board* da Associação de Psicologia Comunitária Europeia, a *European Community Psychologi Association* (ECPA), e eu estou no *board* da psicologia comunitária. Tentamos, em nível europeu, estar presentes, como Psicologia Comunitária Europeia, estamos em contato com a *Community Psychology*, nos Estados Unidos, temos ligações com Austrália, com África do Sul e com o Brasil. Em Belo Horizonte, quando estive lá, expliquei sobre a psicologia comunitária que estávamos fazendo aqui, que entendo ser um pouco diferente da que vejo desenvolver-se no Brasil. Também é importante nossa ligação com a Colômbia. Há dois anos estou no *Executive Council* da Federação Europeia de todas as associações de psicologia, que é a *European Federation of Psychologists Associations* (EFPA), que reúne trinta e seis países europeus. Essa Federação tem sede em Bruxelas, tem um *Executive Council* formada por sete pessoas, e eu sou uma dessas pessoas. Então, agora me ocupo muito de Europa.

*Entrevistadora Fernanda Martins (Ent. FMartins):* Mas essa federação não é Psicologia Comunitária?

*Profa. BZani:* Não, é de Psicologia. Fazem parte dessa federação 36 associações nacionais de psicólogos. Então, na Psicologia italiana, tanto no que se refere à atuação acadêmica quanto profissional em diferentes áreas, formou-se uma única associação, e essa associação faz parte da Federação Europeia, assim como a Espanhola, a Russa, a Norueguesa, a Finlandesa; são trinta e seis, inclui quase todos os países, sendo que algumas associações são de países que não fazem parte dos vinte e sete que compõem a União europeia. A Ucrânia, por exemplo,

pediu para fazer parte. Então, é algo análogo do que já existe nos Estados Unidos e na América Central.

*Ent. FMartins:* A sua experiência e participação junto às questões da psicologia em diferentes lugares do mundo vem gerando interesse por quais temas de estudo?

*Profa. BZani:* Vêm surgindo novos problemas principalmente relacionados à imigração. Refugiados que vêm em busca de asilo, da África, ou dos países da Ásia. Em nível europeu, quando pedem contribuições, requisitam médicos, psiquiatras e psicólogos, aqui na Federação que, justamente, reúne a psicologia na Europa. Então, são intercâmbios importantes, e ali se fazem uma série de atividades, para fazer entender o que pode fazer a psicologia pela Europa, e o que pode fazer a Europa pela psicologia. Quanto aos temas que me interessaram e interessam para a pesquisa, a adolescência sempre foi um tema do qual estive próxima. Desde o início da minha carreira, segui sempre essa temática dos adolescentes no seu contexto; suas relações com os pais, a sexualidade na adolescência. Isto porque, no início, chegaram pedidos, ou seja, não escolhi: “Agora vou me dedicar aos adolescentes”. Chegaram pedidos de colegas que trabalhavam nos serviços de base, que são como serviços de saúde em que se atende em uma perspectiva da família. Chegavam até lá as adolescentes já grávidas, e na nossa cultura, uma adolescente grávida não é considerado norma, não faz parte da cultura justamente porque é adolescente, e então os psicólogos que eram os meus colegas se perguntavam: “Mas, por que as adolescentes não vêm buscar o serviço antes?”. Estamos num país católico, no qual a contracepção (estou falando de vinte anos atrás) era proibida pela Igreja, mesmo que nós não frequentássemos a Igreja. Havia esta marca muito forte da Igreja Católica, que proibia a contracepção. E existiam alguns serviços, que se chamavam consultórios familiares, onde se podia atender adolescentes. Porém, as adolescentes não iam. “Que vá minha mãe, eu não vou, eu sou pequena” (risos). Outra solicitação que nos era apresentada era por parte dos pais com filhos adolescentes, que não sabiam mais o que fazer, ou como se comportar com seus próprios filhos. No entanto, continuam a chamar seus filhos de menino. “O meu menino”, mesmo que o “menino” tenha 20 anos, 25 anos. (Risos) É um menino. “O meu menino, a minha menina”. É, sobretudo, uma geração de pais que se consideravam incapazes de ser pais. Então, o tema era o da paternidade. Pediam ajuda, com perguntas do tipo: “Eu não reconheço mais o meu

filho!”; “Não sei mais quem é o meu filho, não sei mais quem é minha filha!”; “Não fala comigo”. Nós oferecíamos o serviço de consultório. Eles, no entanto, não ficavam muito contentes, porque diziam: “Por que minha filha deve ir falar com uma psicóloga e não fala comigo?”. Era necessário explicar a eles que os filhos têm necessidade de um espaço, de autonomia, de desapego. A partir disso, deu-se uma intervenção voltada a estabelecer encontros com os pais, uma série de encontros nos quais se pudesse falar com os pais das várias temáticas em que, obviamente o tema fundamental era a comunicação pais-filhos, a tomada de decisões, o espaço a ser deixado aos filhos, E, sempre para os pais dos adolescentes, outro tema importante é o relacionado ao uso de drogas. Por um lado, com a internet, agora tem o *bulling* e o *cyberbulling*. De qualquer forma, são temáticas pelas quais se chega na psicologia para pedir intervenção. Inclusive as escolas, pedem intervenção, principalmente quando se refere à droga e ao *bulling*. Sabemos que, de certa forma, sempre existiu o fenômeno do *bulling*, também nos meus tempos, por exemplo. Porém, agora se tornou um fenômeno de larga escala, e por isso é mais falado. São muitos os episódios violentos de agressividade. Assim como o suicídio, quando levado à mídia e à internet. Esses fatos acabam nos jornais, viram crônicas. Assim, esta é uma linha que segui, sobre a adolescência, que vem sendo transversal até agora; foi o argumento da família, as relações pais-filhos, das questões na escola, até termos chegado, então, no discurso da participação: isto é, os adolescentes e sua forma de tornar-se autônomos, de alcançar a autonomia. Daí em diante, venho pensando o tema da participação, tanto em jovens mais adolescentes, quanto mais adultos. Isso nasceu de várias pesquisas que fizemos, depois se concretizou num projeto europeu sobre a participação, já que vinha sendo um dos temas indicados pelos editais que a Comissão Europeia faz periodicamente por toda Europa para projetos de pesquisa: a participação política e cívica<sup>38</sup> dos jovens. Partimos da compreensão de que é preciso pensar além dos extremos estereotipados: jovens ou cidadãos que participam ou que não participam. Existem modos de participação intermediários. Nem sempre quem não participa se

38 A diferenciação feita pela entrevistada entre “Participação Cívica e Política” é um dos eixos das produções da pesquisadora que apresenta uma tipologia das variações identificadas nos modos de envolvimento político abrangendo desde uma forma individual de não-participação (não votar, evitar de falar de política, considerá-la desinteressante...) até a participação ativa em coletivos que protestam publicamente junto a entidades ou movimentos sociais organizados para ocupações, greves e mesmo ações de desobediência civil. Dentre essas, a autora considera a participação cívica como um modo de fazer “política latente”, onde se incluíam as atitudes de interesse em relação à vida pública, até ações concretas de doações beneficentes e participações em debates virtuais, porém de modo menos ativo que na “participação política manifesta” em que se incluem ativismos formais parlamentares e extra-institucionais (ocupações, por ex). Para melhor compreensão do tema sugere-se leitura do capítulo “Coinvolgimento cívico e partecipazione politica: una tipologia” em livro de divulgação dos resultados da pesquisa acima referida (ZANI, 2011).

coloca de forma passiva. Os não participantes podem também eles ser ativos, na forma deles. Um exemplo: Eu não vou a votar, nas eleições políticas, como dizer: “Isto é um cidadão passivo, porque não participa!”? Ou então: “Voluntariamente não vou a votar!”, e isso se torna um ato de protesto, o fato de não ir a votar. Desse ponto de vista é uma atitude positiva, e o mesmo ato ser entendido como politicamente ativo.

*Ent. FMartins:* Ah interessante, seria a não-participação como forma de resistência!?

*Profa. BZani:* Exatamente! Ou então a posição de quem fica esperando para ver. Não quer dizer que fico decididamente passiva. Não é isso. Eu me interesso, mas espero para ver. Nesse sentido, estou parada, observando, mas, estou interessada. Não assumo logo uma posição, porque quero entender como se desenvolve a coisa. Então, existe uma categoria particular.

*Ent. SPaulon:* Aqui poderíamos entender como algo do tipo: “Assumo a posição de não querer estar lá”?!

*Profa. BZani:* Sim. Um modo de dizer: “Não quero estar lá, não quero ser classificada como os demais. Faço algo diferente...” São todas nuances nesse meio de ativos e passivos, que são colocados numa continuidade. Não é dicotômico, mas é uma continuidade. Esse esquema nos serviu um pouco para refletir, entender um pouco como nos mover junto a tais populações. E ajudou também a analisarmos os preditores da participação, isto é, quais são os fatores que predicam a participação. Depois, pensar sobre as contribuições acerca daquilo que nos interessava sobre a participação. Pode ser importante, por exemplo, se na família se fala de questões políticas, se os pais fazem voluntariado, ou participam de movimentos... Isto é, como amadurece, como acontece o interesse de alguém pelos temas políticos ou pelos temas cívicos. Porque, na realidade, neste momento, existe um rechaço na Itália, como também em outros lugares, à política tradicional, isto é, àquela dos partidos. Existe, no entanto, a busca por outras formas que vão desde o fazer grafites, através do qual dizem “Não, basta com isso”, “basta com aquilo”, “melhor é isso”, manifestando-se de diversas maneiras. E depois tem também a participação cívica, entendida como política latente, a participação política, que pode

ser, porém, como se diz aqui, política formal, ou então legal ou ilegal; é um pouco mais articulada. O que nos interessava entender é se existiam diferenças entre os adolescentes e os jovens. Os adolescentes, para nós, são aqueles de 16 a 18 anos de idade, 18 ou 19, enquanto que os jovens-adultos, são aqueles que vão dos 20 aos 26 anos. Os de 20 a 26, em todas as realidades europeias, quando são estudantes, já estão nas universidades. Antes, no entanto, estão nas Escolas Superiores, nas escolas secundárias. Inclusive, até os 18 anos são menores, isto é, não têm o direito de voto, então, como se manifestam? A diferença de idade, de gênero, segue existindo esta classificação em pesquisa. No geral, nos homens, são mais presentes em nível de participação política, já as mulheres mais presentes em nível de participação cívica. Agora, as diferenças não são muito evidentes, mas continuam a existir. Isso, para nós, se justifica nos sistemas de socialização. Ou seja, a mulher, desde pequena, é socializada para cuidar. E, assim, o cuidado é um trabalho que é considerado tipicamente feminino. Por isso, no empenho cívico existe toda essa parte, referente também ao cuidar. Enquanto que o homem não é motivado a isso, na nossa socialização, como um dado cultural todo estereotipado, que passa por tantos aspectos de socialização, desde como se veste uma criança, rosa ou azul, os brinquedos que se compra a eles. O outro elemento que se estuda para compreender a participação política e cívica é, evidentemente, a escola. Porque a escola pode ser um lugar, um contexto no qual se podem exercitar formas de democracia, entre aspas, ou não. Se o docente é autoritário, se permite o diálogo, se na escola se pode falar, ou se não se pode falar. Se se fala de certos temas, ou não. Existe a experiência de ser representante de turma, por exemplo. Dá a oportunidade de participar de forma mais ativa. Estes são todos preditores. Em muitas realidades, existe um grande engajamento em nível de voluntariado, que é muito forte entre os jovens, enquanto que há 20 anos não havia.

*Ent. FMartins:* Essa questão do voluntariado é uma diferença importante em relação ao Brasil.

*Profa. BZani:* Sim, porque no Brasil parece ser outra importância dada ao voluntariado. Aqui, muitos jovens fazem voluntariado. Experiências várias, de vários tipos, mas fazem muito isso. Depois, tem também os grupos dos quais adolescentes participam. Se alguém faz parte de um grupo, por exemplo, num âmbito católico, ou dos escoteiros, esses movimentos fazem todo um apelo, uma pressão com relação ao

cívico, ao sentido do cívico, que é a forma de certo tipo de voluntariado, e que, todavia, é uma forma de participação. Cada contexto tem os seus problemas. Por exemplo, para nós, anos atrás, por algum tempo, os imigrantes eram crianças, que estavam na escola. Depois se tornaram grandes. Nesse meio tempo, tornaram-se adolescentes, jovens adultos, e começavam a reivindicar direitos, porque não se reconheciam como cidadãos, e efetivamente, se não têm o direito de voto, é justo requerê-lo. E há uma complexidade, porque, por exemplo, é permitida a votação para estrangeiros no município, mas não nas eleições políticas. Isto é, não podem votar no Parlamento Italiano, mas podem votar no Prefeito da cidade. Isto é possível em algumas cidades. Mas, é como dizer: dou-te algo para você ficar feliz e não incomodar...

*Ent. SPaulon:* E quanto à temática da saúde mental? É um tema de interesse dos grupos a que a Sra. se refere?

*Profa. BZani:* É uma outra temática da qual nossas pesquisas também têm se ocupado. Por muito tempo me ocupei de saúde mental. Fizemos uma pesquisa, aliás, várias pesquisas, na época do encerramento dos manicômios, na época da lei Basaglia, sobre o tema da desinstitucionalização, em um momento em que haviam fechado os manicômios para novos ingressos, mas dentro havia ainda milhares de pessoas. Então, esses milhares de pessoas, aos poucos foram ajudadas a sair. Ora, nós acompanhamos, por algum tempo esse processo de desinstitucionalização, na cidade de Imola, que fica entre Bolonha e Cesena, que era a cidade dos loucos, porque era uma cidade muito pequena que tinha dois manicômios. Em Imola, ou se era louca ou enfermeiro dos loucos (risos). Bem, dois manicômios com milhares de pessoas, que chegavam ali de diversas partes da Itália. Em Bolonha tinha outro manicômio, grande. Perto de Bolonha havia mais três ou quatro. Então, se vivia em função da doença mental. O fechamento desses manicômios fez com que se começasse a interessar pelas milhares e milhares de pessoas que estavam dentro, e que deviam ser ajudadas a sair de lá, com o processo de desinstitucionalização, que significou para nós, na nossa realidade, algo muito avançado. Vinte anos levamos para construir a saída de todos aqueles que estavam dentro. A Lei Basaglia era de 1978, mas os manicômios foram fechados, de fato, esvaziados, em 2000. E os manicômios judiciais foram fechados apenas há dois anos na Itália e, ainda, com polêmicas infinitas. E até porque

a realidade do Norte da Itália é diferente da realidade do Sul. Não é igual por toda Itália. Então, nós seguimos esses processos de desinstitucionalização, ou seja, essas pessoas deviam ser acostumadas com a reconquista da própria autonomia, inclusive na questão da gestão do dinheiro, porque nos manicômios não se usa o dinheiro, no manicômio se usa a troca: você me dá o cigarro e eu te dou comida, por exemplo. Deviam ser reabilitados a ter dinheiro, a gerenciar esse dinheiro, a vestir-se, a limpar-se, a andar limpos; autonomia pessoal, de mover-se, de sair, de se relacionar com as pessoas. Compreender que não se trata todo mundo por *tu*, não se trata todo mundo igual<sup>39</sup>. Então, foi feito um trabalho de reabilitação dessas pessoas das quais, algumas que podiam voltar para suas famílias, mas alguns estavam no manicômio há 20 ou 30 anos, e as famílias não queriam mais saber deles ou, em alguns casos, não se encontrava mais as famílias. A partir daí fizeram-se comunidades para esses pacientes psiquiátricos. Pequenas comunidades nas quais conviviam cerca de uma dezena de ex-internos do manicômio, junto com alguns operadores, espalhados um pouco pelo território. Aqui fizemos alguns trabalhos, algumas intervenções. Essas pessoas foram ajudadas a sair, acompanhadas no seu percurso fora dos manicômios. Existe todo um contexto: logo vinha o descontentamento dos vizinhos, “Vão colocar loucos aqui, nós não os queremos”. O discurso do estigma, que acompanhou a doença mental desde sempre, existe ainda. Da percepção daquilo ali, fizemos um pouco de pesquisa sobre essa temática para entender como aconteceria a desinstitucionalização, por exemplo, entrevistando os vizinhos, os representantes do município que hospedava essas comunidades, os operadores que trabalhavam; inclusive, sobre os operadores: uma coisa é trabalhar dentro do manicômio e outra é trabalhar fora. Outro tipo de trabalho. Então, fizemos um trabalho sobre os enfermeiros psiquiátricos, uma pesquisa, na província; trabalhamos sobre a desinstitucionalização.

*Ent. FMartins:* O que a Sra. diria que esses processos de pesquisa têm encontrado de mais interessante em seus resultados?

*Profa. BZani:* Nessas pesquisas que fizemos, nós fomos ver o que acontece de verdade na comunidade, fizemos questionários, grupos focais, com o objetivo de entender o que estavam fazendo, porque o faziam. Interrogamos um pouco

<sup>39</sup> NdT: no italiano, o “tu” é utilizado apenas para tratamento em relações extremamente informais. No dia a dia, na rua, com conhecidos, usa-se apenas a segunda pessoa do singular, o *Lei*, que poderia ser comparável ao que, no português, se aplica quando utilizada a expressão “o senhor” ou “a senhora”.

com algumas fórmulas sem nenhum objetivo de intervenção, porque usamos instrumentos tradicionais. A novidade consistia no fato de estarem todos juntos, no fato de compartilhar um quadro de referência comum em nível europeu. E não é fácil, porque cada um pensa um pouco a partir de perspectivas diversas e o fato de tentarmos colocar em conjunto e confrontar realidades diferentes, seja dos autóctones (os que nasceram no país), seja das minorias étnicas. Por exemplo, nós falamos com os rapazes do Marrocos, os marroquinos, que estão aqui na Itália, e os comparamos com os jovens marroquinos que vivem na Bélgica. Isto é, a mesma etnia, que se colocou, porém, em dois países europeus diferentes. Com diferenças obviamente enormes, porque os marroquinos na Bélgica falam francês, que é a língua deles, já os marroquinos na Itália, devem aprender o italiano. Já se produz um problema linguístico, que não é pouca coisa. Também um problema de cidadania, porque na Itália não tens a cidadania italiana, se tu vens de outro país, porque aqui funciona o *ius sanguinis*, ou seja, se tem a cidadania se se é filho de italianos, enquanto na Bélgica não é assim. Logo, percebe-se que, quando esses jovens imigrantes completam os dezoito anos, começam a dar-se conta dessa diferença que antes, sendo crianças não percebiam. Quando se dão por conta que não são cidadãos, não têm o direito de voto, não têm direitos; falam italiano, porque estão na Itália há 10 anos, vieram quando tinham 2 ou 3 anos, passam a reivindicar seus direitos, querem ser reconhecidos como cidadãos. Outro exemplo que posso lhes dar é de uma pesquisa feita em 2008, portanto, 30 anos depois da Lei 180 [Lei da Reforma Psiquiátrica italiana], faz bastante tempo. Foi uma pesquisa utilizada como instrumento para validar o andamento e a eficácia dos serviços de saúde mental. Um dos grandes temas que tivemos a estudar sobre esses serviços alternativos ao manicômio, era entender se funcionavam e como funcionavam. Isto é, compreender se foram eficazes efetivamente. Com os manicômios, se sabia o que se estava fazendo, e se sabia que não eram terapêuticos. Então, saber se as alternativas que havíamos pensado serviam para a reabilitação dessas pessoas era um grande tema, porque ninguém sabia como fazer. Aqui já se começava a falar da *Recovery*. A *Recovery* era outra palavra equivalente à Resiliência hoje em dia. Foram feitas tantas pesquisas, muitas e muitas teses a respeito. Vocês, no Brasil, estão fazendo todos os percursos da reforma psiquiátrica, tentando entender o que se fez como alternativa às práticas manicômias. Se essas alternativas foram

eficazes, o que se podia fazer para superar velhos modos de atenção... Aqui, sobre o discurso da saúde mental, foram feitas em Bolonha muitas coisas, mas diferentes das que se fizeram em Trieste, por exemplo. Depois, tornou-se uma espécie de competição entre quem é mais “basagliano” que Basaglia. (Risos).

*Ent. SPaulon:* Quais diferenças lhe parecem significativas na experiência de Bolonha, por exemplo, que é seu campo das pesquisas prioritário?

*Profa. BZani:* Aqui em Bolonha houve, efetivamente, várias experiências ligadas a esse tema. No Roncati, manicômio fechado definitivamente 20 anos depois da Lei, foi uma delas em que nosso centro de pesquisas atuou fortemente. Isto é, ele foi fechado imediatamente, mas nós dizemos assim porque, em 1998, ainda havia pessoas que moravam ali, e não sabiam aonde ir. Então, fizemos essa pesquisa sobre a percepção do usuário do serviço de saúde mental. Atuamos na pesquisa em três bairros de Bolonha, para entender o que se pensava. Foram feitas entrevistas aos comerciantes, por exemplo. Isto é, aqueles que tinham bares, aqueles que tinham suas lojas ali, na rua perto do manicômio, porque eles viam os internos continuamente. De fato, eles diziam: “Eu sei logo, quando vem um aqui, se é do manicômio... Eu sou um psicólogo, dizia, como você (risos)”. Eu perguntava: “Ah é? Como faz?” E respondiam: “Sim, porque eu olho nos olhos e entendo quem é...” (risos). Uma espécie de universidade da vida... De qualquer forma existia uma notável diferença. Entrou uma jovem que fez a tese agora e refez essa pesquisa 20 anos depois. Encontramos diferença entre os vários bairros de Bolonha. O manicômio ficava numa área central, e nesta área, em relação a um bairro nobre, que não tinha serviços de saúde mental, também existe diferença. Quem mora em um bairro mais longe, onde não há convivência com o louco, ainda tem uma visão muito estereotipada dos doentes mentais: como imprevisíveis, perigosos... Dizem: “E se acontecer alguma coisa? Eu chamo a polícia?” “Por que fecharam os serviços do manicômio? Eles deviam estar ali...”. Então, existem ainda algumas diferenças de percepção bastante evidentes. Nossas pesquisas trabalhavam muito nessa temática da relação dos cidadãos com os ex-internos.

*Ent. FMartins:* E como surgiam tais demandas investigativas? Que tipo de pesquisas foram essas? Como se desencadeavam?

*Profa. BZani:* Esta, por exemplo, foi uma pesquisa que nos foi solicitada pela província, então de um órgão público, para entender o que poderiam fazer. Com efeito, nós, no final fazemos recomendações aos políticos, aos administradores, mas não quer dizer que tenhamos feito uma intervenção. Fizemos uma indagação cognoscitiva daquilo que é, e depois ali se avançou, porque, por exemplo, em Bolonha foram criadas associações de usuários, de familiares de usuários. Ou seja, uma vez que se fecharam os manicômios, e que essas pessoas voltaram para suas famílias, ou fora, a família teve de se responsabilizar, e por isso nasceram algumas situações inclusive bastante conflituosas, no sentido que os familiares, muitos se sentiram abandonados. Era uma cobrança do tipo: “Como assim? Vocês nos devolveram eles e agora ninguém nos acompanha?!” Incapazes de gerenciar as situações de crise, e os serviços não estavam mais lá à disposição do mesmo modo. Então, não foi fácil. Outras associações de familiares de usuários, no entanto, se organizaram e criaram associações em nível local, regional e nacional, e se tornaram os interlocutores dos políticos e dos administradores. Por isso, quando se devia decidir sobre questões relacionadas à saúde mental, as associações de familiares eram interpeladas. Isso é muito importante. Depois, alguns familiares participaram inclusive de cursos e se tornaram ponto de referência para outros familiares, passaram a ser considerados os peritos. Desse modo, foi acontecendo a colaboração dos usuários. Por exemplo, quando fizemos a pesquisa sobre as formas de reabilitação psicossocial, na Emilia Romagna e em Minas Gerais<sup>40</sup>, vieram os estudantes brasileiros aqui e três peritos (concebidos assim por serem referência), participaram dos nossos encontros, e também das visitas aos serviços. Puderam conviver com nossas equipes, participar das iniciativas dos usuários psiquiátricos, suas atividades esportivas, como caminhada, trekking, passeios, etc. No ano seguinte nós os levamos ao Brasil, fomos com coordenador do Departamento de Saúde Mental de Bolonha, Dr. Ângelo Fioritti, pesquisadores da universidade e cinco usuários. Mas antes eles foram à China, Argentina, foram à África. Então fazem passeios, visitas, viajam e participam de eventos em todo mundo. As viagens são importantes para que encontrem também outras realidades. Aprendemos que no Brasil existem esses centros de convivência, esta ideia de convivência que nós não temos. Eu traduzi como centros de convivência. Mas não é que se convive, se passa algum tempo junto, é uma coisa bem brasileira, nos pareceu.

<sup>40</sup> O projeto de pesquisa aqui referido é fruto de um convênio de cooperação internacional estabelecido entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a Alma Mater Studiorum Università di Bologna (UNIBO), que entre os anos de 2011 e 2015, realizou uma análise qualitativa comparada entre os programas de reabilitação psicossocial das cidades de Bolonha (Itália) e Belo Horizonte (Brasil), sob coordenação da prof. Maria Stella Brandão Goulart da UFMG.

*Ent. SPaulon:* E como tem se dado o processo de participação desses usuários nas pesquisas? O que tem funcionado, nas suas experiências, como dispositivo de aproximar mais pessoas, trazê-las aos processos investigativos?

*Profa. BZani:* Aquilo que nos une é que, de qualquer forma, nós trabalhamos sobre temas reais, sobre temas concretos, sobre as realidades, como se diz. É uma psicologia aplicada, ou seja, nós não fazemos pesquisas de laboratório, pesquisas experimentais. Sobre esses temas nós não podemos fazer pesquisa experimental, porque se está colocando em confronto grupos diferentes, e o que nos interessa é entender a realidade das pessoas nas suas evoluções, então, fazemos justamente essa marca, usando, alguns instrumentos que são possíveis. Muitas vezes, existe a intervenção concreta, no sentido de introduzir modificações no processo de pesquisar, e, em outras, há somente um aspecto cognoscitivo que se entrega a quem pediu a pesquisa. Cada um pode fazer um pouco aquilo que achar melhor. Há uma experiência recente em pesquisa, que se desenvolve na região da Emilia Romagna, e que se relaciona com esse assunto. Existe um grupo composto pelos responsáveis do Departamento de Saúde Mental, que favoreceram a realização de companhias teatrais e de experiências de teatro com os pacientes psiquiátricos. Em alguns casos, trata-se de laboratórios teatrais, ou seja, se faz teatro para ocupar o tempo livre ou para a realização de aulas. Mas, em outras realidades, tornaram-se verdadeiras companhias teatrais. A experiência de Bolonha, sob esse ponto de vista, é especial, porque a companhia teatral, que se chama *Arte e Salute*, se formou há 15 anos, talvez até mais, e foi criada por um psiquiatra e por um diretor, para dar uma profissão aos usuários de saúde mental e propiciar que se tornassem atores. Então, fizeram uma seleção, uma escola de recitação em âmbito artístico e nos pediram que avaliássemos essa experiência. Nós fizemos algumas entrevistas com todos os atores da companhia, que são onze ao todo, mais a entrevista com o diretor, que é um verdadeiro diretor, não é um psiquiatra que atua como diretor. Nós as fizemos justamente para entender e avaliar essas experiências teatrais. O diretor não quer saber absolutamente qual o diagnóstico psiquiátrico dos atores. Quando fazem as provas, por exemplo, e alguém, por acaso, em algum momento apresenta algum problema, ele diz: “Mas não deve falar comigo, vá falar com seu psiquiatra”. Como um trabalho normal. E eu perguntei: Mas tu sabes o que aquela pessoa tem? E ele

respondeu: “Não, e nem quero saber! Até porque se me disser que tem uma depressão maior, ou é esquizofrênico, o que posso eu fazer, se não sei o que quer dizer isso?!” Ele trabalha tratando-os como atores e exige deles o mesmo. Se um dia alguém comparece, mas não se sente bem, ele diz: “Vá para casa e volte amanhã. Amanhã fazemos as provas” (risos). Como faz um diretor com os atores normalmente. E quando perguntamos aos usuários: “E você, como se apresenta, quem você é?” Eles respondem: “Um ator!” São ainda usuários psiquiátricos, porque continuam a ter acesso aos serviços. Fazem apresentações no teatro da cidade, para o público. Não nas oficinas. Não no Departamento de Saúde Mental, mas no teatro da cidade. “Em cartaz”, aparecem os atores. Algumas vezes, recitam junto com outros atores, que não são usuários psiquiátricos. E se você pergunta ao público quem é um ou outro, não se sabe (risos). Então, teve um trabalho muito importante feito, e os psiquiatras disseram que ficaram maravilhados com a mudança que perceberam nos seus pacientes desde o início até agora. Tornando-se atores, devem decorar textos, saber mover-se em ambiente e no espaço público, saber interagir e, sobretudo interpretar outro personagem. Isto significa sair de si mesmo para tornar-se outro. Há diretores muito bons que adaptam o texto, porque eles recitam Brecht, Shakespeare, Pirandello, não é que fazem pequenas coisas. Ou seja, há aqueles textos que são inclusive complicados, mas lhes são dados personagens de acordo com os atores que tem ali. É uma experiência belíssima. Eu não a conhecia, e agora temos três experiências desse tipo, em Bolonha, em Forli e em Reggio Emilia. Agora estamos juntando e fazendo um livro sobre elas.

*Ent. SPaulon:* Uma última curiosidade importante aos nossos estudos: como é visto, em termos de reconhecimento acadêmico-científico, este tipo de pesquisa participativa aqui na Itália?

*Profa. BZani:* Existem várias escolas de pensamento e encontramos diferenças. Quando estudantes vêm para pedir a tese para uma pesquisa, sempre dizem: “Quero fazer pesquisa tipo experimental.” Então, eu explico que não existe só a pesquisa experimental. Ou seja, existem outros tipos de pesquisa. Por exemplo, a pesquisa empírica, que eles não sabem regularmente o que significa, e confundem permanentemente. Faz algum tempo era mais forte a divergência entre pesquisa

de laboratório, que era por excelência “a pesquisa”, a única pesquisa possível em psicologia; as outras eram uma espécie de pesquisa “série B”. Inclusive a qualidade era considerada série B. Agora não são mais assim, no sentido que a pesquisa qualitativa tem espaço em publicações científicas reconhecidas, revistas acadêmicas, livros, temos importantes textos de referência produzidos a partir de pesquisas qualitativas e participativas. Tornou-se uma pesquisa importante. A percepção social, a percepção do mundo acadêmico, é ainda, porém, desequilibrada, pois ainda pode-se dizer que pesquisa experimental é considerada pesquisa de “série A”, mantendo-se certa valorização diferencial em relação às qualitativas. Então, compete a quem faz esse segundo tipo de pesquisa, demonstrar que é uma igualmente uma boa pesquisa.

*Ent. SPaulon:* Entendo, vivemos muito esta realidade ainda no meio acadêmico sul-americano também. Costumamos dizer que temos que disputar um novo sentido de “evidência científica”, pois as ciências ditas “duras” e a lógica epidemiológica na saúde continuam tendo valor de destaque. Nesse sentido, podemos pensar que efetivamente cabe a nós pesquisadoras e pesquisadores fazermos a pesquisa científica e transformarmos, ainda, os paradigmas vigentes do que é ciência.

*Profa. BZani:* Nós vivemos num período em que assumiram uma grande importância as neurociências. A pesquisa neurológica e neuropsicológica, segundo a qual se concebe que tudo que baseia o comportamento tem origem no cérebro, tudo o que é evidência empírica, ao menos, sustenta o que pode ser dito como “científico”. Então, se você encontra isso, sua pesquisa faz esta relação direta, você está na frente. As neurociências, a neuropsicologia, na Itália, têm-se tornado muito fortes, tornaram-se muito poderosas na academia. E há também um grande impacto, porque são tranquilizantes, no sentido de que, se você é agressivo, pode ter uma explicação no fato de ter o gene da agressividade, é genético. E dessa forma, se explica um pouco de tudo... E assim, tais pesquisas têm mais facilidades de conseguir financiamentos, publicam mais, e por isso estão mais avançadas que as nossas pesquisas no ranking interno dos departamentos. Porque também nós somos avaliados sobre as publicações e sobre as aplicações nas revistas, por isto, sempre corremos o risco de ficar por baixo.

Nossas pesquisas qualitativas, participativas, pesquisa-ação<sup>41</sup>... são pesquisas muito contextualizadas, não têm uma validade *erga omnes*, considerando que aquelas de laboratório tenham essa validade. Justamente, é necessário desmitificar tudo. As pesquisas que fazemos têm um significado, uma validade, uma relevância exterior, mas intrinsecamente ligada àquele contexto em estudo. Depois, você pode pensar em reproduzir uma pesquisa desse tipo em outros contextos, mas deve ser adaptada, enquanto que no laboratório não se coloca esse problema. Nós fomos durante muitos anos, e um pouco ainda somos, dependentes da psicologia norte-americana. Nós não conhecíamos para nada a psicologia latino-americana, era praticamente inexistente por aqui. Os textos traduzidos eram norte-americanos, tudo se baseava nisso. E então começamos a produzir. Estes textos aqui, por exemplo, inclusive este que está em inglês (ela mostra livros escritos por ela), nas minhas publicações não têm valor algum. No entanto, se eu escrever um artigo de dez páginas, com nós três como autoras, mais outros três, ou cinco, é fenomenal. Será publicado numa revista qualificada.

*Ent. FMartins:* Em sua opinião, qual é o desafio maior de fazer uma pesquisa participativa?

*Profa. BZani:* É essa de fazer valer uma pesquisa que tem uma relevância externa. Deve também ter uma relevância interna, isto é, deve ser bem explicada, do ponto de vista metodológico, ou seja, não deve ser improvisada, precisa ser bem sustentada em referências teóricas diversas. Em minha opinião, é necessário; que a pesquisa qualitativa apresente claramente seus referenciais teóricos, eles sempre devem estar presentes. O objetivo continua sendo aquele de explicar um pouco o que está acontecendo. Logo, se deve explicar junto com demais pensadores, acrescentando,

41 A metodologia da pesquisa-ação, na concepção italiana do termo, é mais abrangente do que aparece na bibliografia brasileira, especialmente no que tange às diferenciações que temos feito entre uma pesquisa-ação, de caráter mais pedagógico e referencial materialista-dialético, e a pesquisa-intervenção, com finalidades autoanalíticas e promotoras de autogestão nos coletivos, tal como promulgado pelo institucionalismo francês (PAULON, 2005; MONCEAU, 2005; ROMAGNOLI, 2009; PAULON e ROMAGNOLI, 2010). Este foi tema amplamente debatido no Seminário ocorrido horas antes desta entrevista com grupo de pesquisadoras da UNIBO, onde as professoras anfitriãs esclareceram que a designação de Intervento para a modalidade de pesquisa participante em questão carregaria, na língua italiana, uma conotação de intrusão violenta que obstaculizaria as finalidades de uma investigação participante. Concluímos, a partir desse debate entre pesquisadoras, que nossas equivalentes intencionalidades ético-científicas são acolhidas, na Itália, no conjunto de metodologias de pesquisa-ação, incluindo nessas, os procedimentos que no Brasil entendemos como componentes da metodologia de pesquisa-intervenção.

ampliando também a sua versão. Caso contrário, arriscamos de nos apagar, e isso não está bem. De qualquer forma, eu existo. Eu digo sempre aos jovens: não é que vocês devem desaparecer. Vocês estão ali e estão fazendo coisas, trazendo a sua experiência, as suas competências, sabendo, porém, que não é a única. Existem outras perspectivas e é necessário provocar diálogos entre elas para que se possa chegar a uma síntese. Não quer dizer que sempre vai conseguir encontrar uma síntese. Algumas vezes, as posições podem ser muito divergentes, e a intervenção feita pode inclusive ser uma intervenção que não traz os resultados esperados, pode ir para uma direção diferente da que você queria. Mas esse modo de fazer é que nos ativa mais, nos motiva mais ainda a continuar investigando, procurando outras versões e leituras sobre aquilo que estamos estudando.

*Entrevistadoras:* Grazie mille, professora Bruna. Foi uma conversa muito esclarecedora na continuidade do bom diálogo que o Seminário que tivemos pela manhã já nos proporcionara.

## Referências

- MONCEAU, Gilles. Transformar as práticas para conhecê-las: pesquisa-ação e profissionalização docente. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 467-482, set. /dez. 2005.
- PAULON, S. M. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia e Sociedade*. v.17, p.16 - 23, 2005.
- PAULON, S. M., ROMAGNOLI, Roberta. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia (Online)*, v.10, p.85 - 102, 2010.
- ROMAGNOLI, R. C. A cartografia e a Relação Pesquisa e Vida. *Psicologia & Sociedade*; 21 (2): 166-173, 2009.
- ZANI, Bruna. Coinvolgimento cívico e partecipazione politica: uma tipologia. In: ZANI, B. CICOGNANI, E. e ALBANESI, C. *La Partecipazione cívica e politica dei Giovani: discorsi, esperienze, significati*. Bologna: CLUEB, 2011, p.17-31.